

CUIDADO VIGILANTE: DIÁLOGO CONSTRUTIVO E RESPONSABILIDADE RELACIONAL EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA FAMILIAR

VIGILANT CARE: CONSTRUCTIVE DIALOGUE AND RELATIONSHIP RESPONSIBILITY IN CONTEXTS OF FAMILY VIOLENCE

RESUMO: Esse texto tem como objetivo apresentar o conceito de Cuidado Vigilante (CV) como uma proposta de intervenção em contextos de violência familiar e como objetivo secundário, refletir sobre o CV como uma forma de aproximação, de um diálogo construtivo das narrativas familiares e suas vivências de abuso sexual, contrapondo a crença ancorada na violência como solução educativa e evidenciando a questão da responsabilidade relacional. O CV consiste em um enfoque psicoeducativo, uma perspectiva teórica e prática que evidencia os efeitos positivos do conhecimento dos pais sobre a vida dos filhos em situação de risco, resultando em confiança e diálogo mútuos. O CV difere das tentativas de monitoramento e busca aumentar a presença dos pais na vida dos filhos. Essa proposta combina vigilância e presença afetiva positiva dos pais garantindo a segurança da criança ou adolescente em situação de risco, através de sua presença imediata. O Construcionismo Social apresenta-se como uma referência na articulação do CV com as abordagens relacionais e conversacionais para os contextos interventivos.

PALAVRAS-CHAVE: violência, construcionismo social, comportamento de cuidado da criança, família, responsabilidade social.

ABSTRACT: This text has as its objective to present the concept of Vigilant Care (VC) as a proposal of intervention in contexts of family violence. A secondary objective is to reflect about VC as a form of establishing closer relationships and of creating a constructive dialogue of the family narratives and their experiences of sexual abuse. These concepts run contrary to the belief in violence as an educational measure and the responsibility of the parents/caretakers is put in first instance. Vigilant Care (VC) consists of a psycho-educational focus, a theoretical and practical perspective that aims at enhancing parents' knowledge about the lives of children at risk thus resulting in mutual trust and dialogue. VC seeks not to monitor but to increase the parents' presence in the lives of the children. This proposal combines vigilance and affective positive and immediate presence of the parents. The approach is meant to guarantee the security of the child and the adolescent in situation of risk through the immediate personal presence of the parents. The Social Constructivism is used as reference in VC with its approach of forging closer relationships and dialogue in contexts of intervention.

KEYWORDS: violence, social constructivism, behavior of care towards the child, family, social responsibility.

MARLENE MAGNABOSCO MARRA,

Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília, Brasil
Endereço:
marlenemarra1@gmail.com

HAIM OMER, DOUTOR.

University of Tel Aviv, Israel
Endereço:
haimomer2@gmail.com

LIANA FORTUNATO COSTA, DOUTORA.

Universidade de Brasília, Brasil
Endereço:
lianaf@terra.com.br

Recebido em: 06/03/2015
Aprovado em: 02/06/2015

Diversas temáticas contemporâneas de grande relevância têm sido debatidas no contexto da família, dentre elas a violência em todas as suas manifestações. Violações dos direitos de crianças e adolescentes são frequentes, tanto nas famílias de baixa renda, como nas demais classes sociais. Os atos violentos vão desde atos de omissão, não garantia de acesso aos serviços de saúde e educação, submissão a trabalhos forçados, métodos disciplinares violentos e agressões psicológicas, até abusos sexuais deliberados e exploração sexual. Estes atos violentos desencadeiam sintomas de traumas, prevalência de fatores de risco e consequências associadas à negligência e aos maus-tratos sofridos pelas crianças e adolescentes. Estes atos são

considerados pela literatura como indicadores críticos para a instalação de situações que impedem o cuidado, a saúde e o desenvolvimento da criança e adolescente. Estes aspectos indicam ainda que a família não está envolvida na proteção de seus membros e que utiliza tais atos para justificar as ações dos agressores como formas de educar e corrigir transgressões de comportamento (Habigzang *et al.*, 2007; Lebowitz, Omer, Holly, & Lawrence, 2013; Moura *et al.*, 2008).

A manifestação e os modos de organização dessas vivências de violência se fazem presentes nas famílias, grupos e comunidades, variando apenas na sua intensidade e formas de expressão. São configurações que não estão atreladas à classe social, etnia ou gênero, mas à construção social das famílias e estão presentes em todas as sociedades atuais. Com relação aos países de língua inglesa como Canadá, Austrália e Estados Unidos, esta apresenta os índices mais elevados na incidência de diferentes formas de violência, a partir da década de 1990. O Canadá (UNICEF, 2012b), em um estudo realizado em três grandes províncias (Ontário, Québec e Alberta), com dados primários de uma amostragem em 51 instituições de atendimento às crianças vítimas, totalizou 7.672 investigações, apontando 25% de casos de abuso físico como forma primária de violência. Em 23% do total de casos, 10% foram de violência sexual comprovada e 46% de negligência – falta de supervisão familiar e exposição indevida da criança a riscos ambientais, incluindo violência sexual (Costa *et al.*, 2007).

A UNICEF (2012a, 2012b) estudou a morte de crianças por maus tratos em 30 países considerados ricos, incluindo 25 estados europeus, e calculou que a cifra anual de mortes de crianças menores de 15 anos como consequência

de agressões físicas e/ou negligência era de 3500. Estas violências se produziam a cada semana na Alemanha e Reino Unido e a cada duas semanas na França. A cada dia, a violência familiar cobra a vida de 4 crianças menores de 14 anos na Europa.

Estudos realizados em Israel, país do meio oriente, mas que se aproxima em algum aspecto sociocultural dos países ocidentais mostra uma perspectiva da violência em diferentes âmbitos. Dados coletados com base em relatório dos serviços sociais de casos de maus-tratos durante o ano de 2004 mostram taxas que variaram entre as diferentes localidades do país. Elas foram menores em localidades árabes (9 por 1000 crianças) do que em localidade judaicas (20 por 1000 crianças) e maiores nas grandes cidades e outras localidades socioeconômicas bem favorecidas financeiramente (9 por 1000 crianças) (Ben-Arieh & Haj-Yahia, 2006). Outro estudo, realizado ainda em Israel, trata de um levantamento nacional sobre a violência e apresenta uma amostra que inclui 10400 estudantes entre a 7ª e a 11ª série de escolas públicas. Nesta pesquisa, os alunos foram convidados a relatar se haviam sido vítimas de atos específicos de violência na escola durante o mês anterior à pesquisa. Os resultados mostraram que 29,1% dos alunos foram vítimas de pelo menos um ato de maus-tratos. Os atos mais comuns dos agressores foram: mostrar imagens ofensivas ou enviar cartas obscenas, tirar ou tentar tirar parte da roupa do aluno e tentar beijar um estudante. Os grupos mais vulneráveis foram os meninos árabes estudantes da oitava série. Os relatórios indicam que as taxas mais baixas estavam entre as meninas árabes. O assédio sexual é prevalente em escolas israelenses (Zeira, Anat, Astor, & Ben-benishty, 2002).

No Brasil, estudos realizados com atos violentos e maus-tratos intrafamiliares apresentam um expressivo crescimento nas taxas de mortalidade de pessoas na faixa etária de 0 a 19 anos, à semelhança de outros países (Moura & Reichenheim, 2005). As causas violentas foram responsáveis por aproximadamente 120 mil mortes em 2001, representando cerca de 20% dos óbitos registrados no país, sendo as crianças as mais atingidas (Ministério da Saúde, 2002). Nas últimas duas décadas no Brasil, a violência contra crianças e adolescentes ganhou maior atenção e passou a ser notificada como uma questão social e como um desafio público que demanda investimentos e intervenções (Faleiros & Faleiros, 2007).

Constata-se, portanto, que as famílias vivem e expressam sua violência de forma característica, em função da cultura em que estão inseridas. A dimensão subjacente que determina a identificação de casos como maus tratos é a gravidade do dano potencial para a criança e como ela significou esse ato violento visto ou sofrido, e não o tipo de mau trato (ou seja, físico, sexual, emocional ou, ainda, a negligência). Daí decorre a ideia de que se deve criar possibilidades de adaptar intervenções para atender as diferentes atitudes, contextos, consequências e perspectivas de diferentes grupos socioculturais.

Este texto tem como objetivo apresentar o conceito de Cuidado Vigilante (CV) como uma proposta de intervenção em contextos de violência familiar e como objetivo secundário, refletir sobre o CV como uma forma de aproximação, de um diálogo construtivo das narrativas familiares e suas vivências de abuso sexual, contrapondo a crença ancorada na violência como solução educativa e evidenciando a questão da responsabilidade re-

lacional. O Construcionismo Social apresenta-se como uma referência na articulação do CV com as abordagens relacionais e conversacionais para os contextos interventivos.

O CV (Omer, 2004, 2011; Omer, Steinmetz, Carthy & von Schlippe, 2013) enfatiza uma prática que se articula com as referências do Construcionismo Social, abordagem relacional (Gergen, 1999, 2006; Gergen & Gergen, 2010; White & Epston, 1993; White, 2002), com foco na importância do diálogo construtivo e na co-construção de responsabilidade relacional. O CV é considerado uma ferramenta utilizada em conversação que pode fortalecer pessoas, relações e cuidados parentais quando há risco ou constatação de violência. É um enfoque psicoeducativo que tem como característica a presença dos pais, informando e sinalizando aos filhos que estão aumentando sua atenção, cuidado e vinculação com eles, produzindo uma resistência à violência. Essa proposta combina vigilância e presença afetiva positiva dos pais garantindo a segurança da criança ou adolescente em situação de risco, através de sua presença imediata. Trata-se de uma ação com dimensões preventivas e interventivas com famílias em situação de violência, cujos filhos vivenciam comportamentos com diferentes fatores de risco, que justificam um cuidado vigilante por parte dos pais.

UM OLHAR PARA A CONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA

A ênfase na satisfação pessoal, as grandes exigências por uma vida melhor, a pouca tolerância com relação à divisão das tarefas domésticas, os novos espaços assumidos pela mulher no mundo público, a necessidade cada vez maior

de obtenção de lucros, a crescente responsabilidade das famílias pela qualidade de vida de seus membros e a autoridade dos pais – desgastada por conflitos de geração – são fatores que geram crises e mudanças, nem sempre acordadas por todos os membros da família. Essas mudanças sociais têm impactado as relações interpessoais tanto de famílias de classe média no Brasil e no mundo, quanto de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, agravadas pelo processo de modernização, urbanização que geram isolamento relacional na família nuclear. Acrescenta-se que as famílias, ao migrarem para outros espaços na busca de oportunidade de educação e emprego, afastam-se de suas origens e redes sociais e distanciam-se de seus grupos familiares de origem. Esses avanços urbanos têm produzido desigualdades sociais e milhões de pessoas nas cidades estão marginalizadas, enfrentando diariamente desafios e privações (Diniz, 2009; Giddens, 2005; Jablonski, 2011; Omer, 2004).

O fenômeno da desigualdade social tipicamente urbana tem consequências diretas nas famílias, pois estas são consideradas grupos sociais dinâmicos em constante transformação, em virtude de processos demográficos e socioeconômicos (Bruschini & Ridente, 1994). Aliado a estes fenômenos, apontam-se aspectos psicossociais, socioculturais e políticos, que interferem na vida familiar, tornando-a vulnerável a situações de violência, à vivência de diversos fatores de risco, à exploração e a outros abusos, expressos de diversas formas. A vida atual apresenta um descompasso entre novos e velhos modelos, o que provoca o surgimento de conflitos na vida familiar (Diniz, 2009; Omer, 2011).

Ao mesmo tempo em que a família é o contexto no qual ocorre a gran-

de gama de maus-tratos às crianças e adolescentes, é também ali que a sociedade deposita a crença de um grupo privilegiado para o enfrentamento e tratamento dessas situações. A família se constitui, portanto, um grupo com potencialidades e competências para responder às exigências dessas questões. As habilidades para lidar com situações de tal natureza são aprendidas pelas famílias, desde que os responsáveis decidam proteger a si e a seus filhos e encontrem serviços especializados (políticas públicas) que os ajudem nessa construção (Habigzang & Koller, 2011; Penso & Neves, 2008; Ramos, 2010; Santos, 2011).

Percebe-se que antes mesmo do acontecimento das situações de violências expressas, as crianças e adolescentes já vivem em ambientes de risco dentro da organização familiar ou da comunidade. São famílias protagonistas de múltiplas formas de violência, como negligência, desrespeito aos direitos humanos fundamentais, falta de comunicação entre seus membros e estresse causado por fatores situacionais e contextuais (Costa et al., 2007; Esber, 2009; Habigzang & Caminha, 2004; Santos, Costa, & Granjeiro, 2009; Santos, Pelisoli, & Dell'Aglio, 2012; Santos & Dell'Aglio, 2009).

POTENCIALIDADES DO CUIDADO VIGILANTE

Várias linhas de pesquisas têm se preocupado com o impacto do trauma da violência e maus-tratos no desenvolvimento humano e com os avanços das intervenções para o enfrentamento adaptativo das vítimas e seus familiares, no sentido de preparar a família para lidar com situações dessa natureza. Algumas destas pesquisas estão baseadas nas práticas narrativas, nas

terapias breves, nas terapias orientadas para solução, na dessensibilização do trauma, na terapia cognitiva comportamental e nas neurociências – que têm demonstrado, por meio de neuro-imagens, os efeitos dos maus tratos no cérebro infantil (Deblinger & Hefflin, 1996).

Em uma proposta de resgatar a principal função dos pais, cuidadores e figuras proativas na vida dos filhos, tem-se a abordagem do Cuidado Vigilante (CV). Trata-se de uma perspectiva teórica e prática do Professor Haim Omer da Universidade de Tel Aviv, que evidencia os efeitos positivos do conhecimento dos pais sobre a vida dos filhos em situação de risco, resultando em confiança e diálogo mútuos. O CV difere das tentativas de monitoramento e busca aumentar a presença dos pais na vida dos filhos, constituindo-se em uma iniciativa constante dos adultos em saber o que está acontecendo na vida da criança ou do adolescente. Algumas condutas proativas, como conversar com as crianças e adolescentes e acolher os questionamentos de suas vidas, verificando os relatos acerca deles, e entrar em contato com amigos, pais e professores da criança, viabilizam um monitoramento que sustenta e é sustentado pelo diálogo (Omer, 2011).

Esta abordagem pretende reestabelecer uma relação de confiança mútua e de diálogo aberto, na qual o filho sente que não é negligenciado, esquecido ou abandonado, mas que seus pais sabem sobre sua vida e a conhecem, sem um monitoramento controlador. Os pais trabalham no sentido de criar oportunidades para recuperarem sua presença e encontrarem uma “terceira via”- que implica na disponibilidade dos pais para encontrarem os filhos, que se contrapõe a uma superproteção ou monitoramento. A perspectiva do

CV mostra um envolvimento estreito e contínuo entre pais e filhos como forma de garantir um desenvolvimento positivo, destacando como evitar esses dois extremos que se situam entre a superproteção e a negligência (Omer, 2004, 2011).

No sentido prático, o CV implica em intervenções junto aos pais, à criança e ao adolescente, com a orientação para que os pais tenham uma atitude flexível, porém, informada e coordenada, que implica na redução de fatores de risco para a família. Os pais vão se organizar alternando-se entre níveis de atenção aberta, atenção focada e proteção ativa ou passos protetores de acordo com os sinais de alerta (presença de mentiras, atraso escolar, amizades duvidosas ou incertas, sinais de que a criança/adolescente não está bem), que eles detectam. No nível de atenção aberta, os pais primeiramente manifestam um interesse não intrusivo e afetuoso para a criança, ao passo que também estabelecem contatos não inquisitivos e encorajam um diálogo aberto com as pessoas que fazem parte do ambiente da criança (professores, amigos ou outros pais). Conquanto que não haja sinais de alerta, os pais permanecem neste nível, que é normalmente mais conducente a diálogo aberto e revelação espontânea da sua presença (Omer, 2004, 2011; Omer, Schorr-Sapirb, & Weinblatt, 2008).

No entanto, se os sinais de alarme tornam-se evidentes os pais passam ao nível de atenção focada. Neste nível eles começam a verificar e perguntar à criança sobre os detalhes de suas atividades. Eles também oferecem o cuidado especial de clarificar e reafirmar regras que foram deixadas de lado. Se os sinais de alarme retrocedem, os pais retornam ao nível de atenção aberta. Caso torna-se claro que a criança está envolvida em atividades que implicam

na construção de problemas ou em sofrimento para ela, eles passam ao nível de proteção ativa, isto é, eles tomam atitudes ativas para reduzir o risco. O CV se transforma gradualmente em autocuidado (Omer, 2004, 2011).

Considera-se o CV como proposta teórica prática, um meio heurístico, uma prática discursiva de negociação de sentidos, surgida na tensão da relação familiar, mais precisamente entre pais e filhos. É um convite ao diálogo, através do qual os pais e os filhos ajudam-se mutuamente na construção de uma conversação que vai gerar significados, compreensões e valores colaborativos. O CV está incluído nas abordagens compreensivas, pois surge de um contexto relacional e procede a uma determinada forma de diálogo.

O CV como abordagem relacional para intervenções familiares em situação de violência tem um interesse pela linguagem e parte desta para a compreensão do significado do que fala cada um dos componentes da relação. O diálogo é produzido para se compreender o que o outro está significando ou querendo informar. O diálogo traz outras vozes que possibilitam novas formas de conversação que ajudam a dissolver os problemas. Ao transitar em um diálogo com novas vozes interiores expressas, renova-se também a forma de ver o mundo. A riqueza da linguagem possibilita buscar novos sentidos, capacita a modificar e transformar a realidade (Gergen, 2006).

O diálogo produzido no contexto do CV passa pelo processo que vai da inteligibilidade à compreensão. A linguagem é uma ferramenta que a compreensão humana utiliza para chegar ao significado das coisas e transmiti-los aos outros. Precisa-se compreender para dar sentido ao que se fala ou ao que se ouve. Portanto, compreensão é diferente de explicação. O processo

do CV é ao mesmo tempo mediador e portador de uma mensagem, tornando o que é pouco familiar, obscuro ou distante na relação pais-filhos em algo real, próximo e inteligível. À medida que pais e filhos colocam seus elementos conceituais e suas ferramentas para compreender o que o outro está falando, os membros da família estão construindo um contexto significativo, um círculo hermenêutico, resultando em uma responsabilidade relacional. O significado não reside nem nos pais, nem nos filhos, mas na relação de ambos. Tanto a ação quanto o complemento estão todo o tempo coordenados para que o significado ocorra, tanto para o bem quanto para o mal. As vidas são vividas de forma dialógica e a compreensão das dificuldades existentes entre as pessoas desperta para a responsabilidade relacional.

O conceito de CV integra ideias de um diálogo aberto e transparente, uma atenção protetiva e colaborativa, uma vigilância ativa dos pais em caso de perigo evidente dos filhos. Além disso, o CV leva também em consideração os efeitos negativos do controle dos pais, que impede a criança e o adolescente de exercitarem sua autonomia. Esta abordagem entende que esconder a violência em casa equivale a perpetuá-la. Portanto, o jogo do falar e se calar e as dimensões relacionadas aos diálogos entre os membros da família nos momentos de violência são aspectos que devem ser aprendidos. Há que se atentar para a necessidade de remover as narrativas e os discursos dominantes vivenciados pelas famílias. Pais e filhos são capazes de desenvolver novos conhecimentos construídos sobre si mesmos ao se darem conta do que cada um narra sobre suas vivências e também da dimensão do que está narrando para sua vida numa perspectiva de cuidado (Omer, 2011).

Modos de vida vão sendo organizados e forças vão sendo mobilizadas na direção da criação de determinados padrões normativos (dominantes) que sustentam determinadas narrativas sobre as situações de vidas. Essas condições de vida influenciam a formação de dificuldades e problemas ligados também às questões da violência de modo geral e aos fatores de risco em especial. Os pais constroem seus modos de viver partindo de narrativas e significados criados e construídos em suas vivências com suas famílias de acordo com a cultura na qual estão inseridos. O CV tem a perspectiva de construir um contexto onde pais e filhos juntos possam conversar e explicar um ao outro o significado vivido e criado pela família anteriormente, seus medos, anseios e possibilidades futuras. Os pais podem dizer aos seus filhos: “Se até agora só demos conta de fazer assim, podemos pensar em outras formas e encontrar espaços alternativos para construir de um novo jeito, que nos atenda”. A vivência do protocolo de atendimento às famílias com histórico de abuso sexual na abordagem do CV possibilita essa conversa (Marra & Omer, 2015).

Acredita-se que os diálogos articulados entre os membros da família potencializam as vozes de conversações com suas dificuldades, medos, ansiedades, sintomas e favorecem a libertação do enclausuramento resultante de concepções totalizantes. A conversa com os familiares e amigos, como também com outras vozes, deve ser considerada (White, 2002). Aliviar o sofrimento da criança consiste em dar voz a ela e às figuras ou protagonistas existentes nela (Cunningham, 2009). A concepção dos processos de construção narrativa favorece a compreensão dos fenômenos humanos e permite interpretar várias dimensões dos rela-

tos, gerando propostas de intervenções que mobilizam e impulsionam os sujeitos ao desejo de relatar sobre suas vidas. O procedimento consiste em ouvir e prestar atenção à criança para que ela tenha voz e para ajudá-la a enfrentar a violência sofrida. Nesse movimento, a linguagem passa a ser uma forma de imagem embutida em sistemas de regras ou em convenções compartilhadas, mas ainda não ressignificadas naquele contexto (Gergen & Gergen, 2010).

As experiências de violência vividas na interação são modeladas pelos significados que as pessoas vão dando a elas. São estes significados que constroem a forma como a pessoa vai expressar as narrativas, confirmando suas interpretações ou não acerca do vivido. Percebe-se que a pessoa que está em situação de abuso sexual e outras formas de violência expressam, em geral, narrativas de culpabilidade e demérito da sua capacidade de evitar situações que as colocam nesta posição. Portanto, os atos de violência e abuso confirmam as interpretações, tratando-se de um processo circular: vivência-significado-interpretação-expressão. Não existe um significado em si passível de ser capturado de forma correta. É um processo construído, criado e recriado pelo intérprete. O que se compreende não é aquilo que é, pois envolve a pessoa do intérprete. Os seres humanos são seres interpretantes. Ao se interpretar experiências, tem-se acesso a algum marco de inteligibilidade, que possibilita a atribuição de novos significados. Os pais não podem pensar que seus relatos e suas posições são melhores que as de seus filhos. As vidas são constituídas através das narrativas e, portanto, é impossível pensar que um relato é melhor ou pior que outro (Gergen & Gergen, 2010; White, 2002).

O CONSTRUCIONISMO SOCIAL

O pós-modernismo permite que se considerem múltiplas possibilidades e múltiplas versões. Os críticos pós-modernos valorizam as conexões entre as pessoas e desconsideram a tradição do positivismo que determina as causas dos sofrimentos humanos. Os pensadores pós-modernos baseiam-se na crença de que as interpretações e as intervenções sejam raras e que confirmar o significado das pessoas é o ponto alto dessa proposta. Sustentam ainda, que os terapeutas venham de um lugar de “não saber” e descartam a ideia de procurar problemas e doenças quando de seus atendimentos. Não há conhecimento definitivo e útil que se possa generalizar e nem situações que definam a essência última da pessoa. O foco está na linguagem que constrói esses mundos sociais. O que organiza a vida das pessoas é o significado construído acerca de suas experiências e atribuído a essas conexões. Assim sendo, o significado de qualquer vivência dependerá de sua localização contextual e os recursos para essa significação nem sempre estão na pessoa e sim nas suas relações (Anderson, 2010; Hoffman, 2001; Gergen, 1985).

As pessoas vivem suas vidas de acordo com as histórias que constroem sobre a experiência vivida. As vivências e experiências são tecidas e produzidas nas relações familiares como construções sociais. Os contextos relacionais se definem como cenários espaços-temporais nos quais os conteúdos familiares se mantêm ou se transformam. Pode-se afirmar que os textos e suas tramas, criados pelas famílias para explicarem a violência, são compreendidos como conteúdos narrativos que necessitam de novos significados e sentidos. Nos contextos familiares, existem infinitudes de

textos entrelaçados com suas respectivas tramas. São padrões de comunicação que conectam a família e seus membros à construção de suas identidades, de suas experiências vitais e formas de ação. Estes textos, por meio de processos conversacionais ou não conversacionais mobilizam a família. Estes textos ou relatos que falam das particularidades ou atributos do sistema familiar, um corpus de narrações descreve e faz as famílias singulares ou únicas e estabelecem valores, princípios e papéis que as caracterizam, constituindo suas identidades familiares (Gallego, 2006). Esse corpus favorece a emergência de histórias e memórias familiares. Neste sentido, observa-se a família como uma referência importante na construção dos relatos. Para a compreensão e mudanças de atitudes, com relação às tramas e relatos, é necessário que se compreenda o significado do que se está vivendo.

As narrativas são eventos ligados em sequência através do tempo, de acordo com um enredo (White & Epston, 1993). Os relatos não nascem do “nada”, mas se constroem a partir de uma rede de processos integrados por múltiplos eventos de maneira recursiva. Não existe uma definição precisa sobre o que sejam narrativas, mas podem ser compreendidas como formas linguísticas usadas para contar algo sobre o processo vivido junto às demais pessoas e, para expressar experiências e situações. As narrativas são construções complexas ao redor de tramas temáticas, construídas em uma dimensão histórica e negociadas socialmente. Elas estão sempre abertas à reconstrução, não se constituindo como uma posse das pessoas, mas de suas relações vividas em um sistema social e histórico, modos discursivos disponibilizados pela cultura.

Dessa maneira, as narrativas não falam somente do mundo interno da pessoa ou das suas cognições, mas se constituem formas sociais de significar o ocorrido e organizar as ações que fazem parte de nosso processo conversacional (Gergen, 1999). As narrativas organizam e definem significados e sentidos às experiências das pessoas, e são “instrumentos incrustados nas sequências conversacionais” (Gergen, 1999, p. 234) e recursos culturais que cumprem um propósito social. Uma vez compreendidas como instrumentos e recursos, pode-se concluir que as narrativas das experiências formulam relatos e expressões que promovem mudanças e transformações nas vivências.

As narrativas, os textos e as tramas estruturam-se a partir de construções linguísticas que permitem a formulação de relatos formados por sequências que são ordenadas em enunciados, argumentos e descrições. Estes relatos encontram-se de forma imprevisível com outros processos e/ou eventos presentes na interação entre pessoas, estabelecendo maneiras de perceber as experiências de si mesmo e de outros sistemas (Gergen, 2006a; Omer, 1997; Rasera, Guanes, & Japur, 2004; White & Epston, 1993).

UM ENCONTRO ENTRE O CUIDADO VIGILANTE E O CONSTRUCIONISMO SOCIAL: A RESPONSABILIDADE RELACIONAL

Shotter (1993), ao considerar uma visão dialógica, tal como fala Bakhtin (1981) propõe uma compreensão ativa e responsiva para entender como as pessoas se constroem. Tal como no Construcionismo social, o CV coloca a responsabilidade relacional a serviço da busca de formas de entendimento

sobre nós mesmos e sobre os envolvidos na situação. Como chegar juntos a um sentido, a um caminho, respeitando as diferenças, legitimando o outro? Como se pode focar conjuntamente no processo que se está vivendo, isto é, buscando recursos para as ações? É importante acompanhar o processo que se faz via conversação entre as pessoas envolvidas em uma situação, focar nos processos e não nas pessoas e criar contextos em que múltiplas formas possam coexistir buscando melhor potenciais e futuro de realidades preferidas. Além disso, é importante construir conjuntamente um conhecimento que amplie a visão e que considere uma multiplicidade de discursos. Faz-se, pois, um convite a uma postura crítica e reflexiva das nossas formas de perceber e funcionar no mundo (Shotter, 1993).

Responsabilidade relacional é uma ferramenta que se centra nos processos microsociais das relações, dentre eles: no processo de produção de conhecimento no qual a verdade não está em uma polaridade ou em outra, mas em processos interativos que se estabelecem nas relações, ou seja, uma inteligibilidade relacional que ocorre entre os indivíduos e que gera possibilidades de abertura e ampliação de sentidos; no processo comunicativo que não seja baseado em antagonismos, mas em multiplicidades e aproximações, acreditando-se que os sentidos e as mudanças se darão nas relações e nas interações e não na mente de indivíduos, como tradicionalmente se buscava alcançar; e em formas discursivas nas quais caibam diferenças culturais e ideológicas, que gerem espaços inclusivos para que as pessoas possam seguir juntas buscando um cuidado em saúde mais efetivo e gerando práticas mais contextuais. Desta maneira, fracasso, sucesso, problemas e dificul-

dades não estão localizados em um indivíduo, mas num imbricado processo de coordenação entre as pessoas. Isso possibilita transformar a compreensão tradicional do indivíduo, pois se passa a enxergar as situações como conjuntamente criadas, instituindo assim um diferente espaço conversacional e a geração de corresponsabilidade. Nesta perspectiva, o processo de se relacionar tem potência transformadora, e por isso se faz o esforço em dar visibilidade a ele e investir na prática cotidiana das relações (McNamee & Gergen, 1998).

Os significados originam-se no processo de conversação e as compreensões alternativas ocorrem no processo de diálogo junto àqueles com os quais convivem. Essas conversações desenvolvem recursos resilientes que contribuem para novas respostas para as situações vividas. Esse é o movimento que as famílias fazem ao viver o processo do CV, buscando seus próprios recursos no percurso. Cada família encontra saídas em sua convivência que, para muitos, pode parecer errada, não adaptada ou até mesmo estranha. Nesse sentido, cabe a cada família encontrar seu caminho.

Para os construcionistas sociais, tudo que é real é resultante de uma construção social. A compreensão da realidade sempre parte de uma tradição cultural. Os eventos narrados podem ser idênticos, mas as descrições dos fatos dependem da tradição. Não existem descrições isentas de valores. Os pais e filhos às vezes falam da mesma questão, porém com significados diferentes. O que se fala nem sempre é o que se ouve. O Construcionismo Social trata das histórias que constituem as vidas das pessoas e tem o papel de comprometer-se com as práticas da palavra e com os significados dessas práticas. O Construcionismo

Social ainda vincula a ação a seus significados em lugar do comportamento a seus determinantes e reconhece que as pessoas assumem uma responsabilidade por suas escolhas de vida. Ao juntar-se a outras pessoas para narrar suas experiências, o construcionista social assume conjuntamente o propósito de denunciar e desafiar as injustiças. Esta abordagem, tanto quanto o CV, tende a abarcar toda a diversidade de famílias que vivem em situações de violências e risco social. Trata-se de uma tentativa de remover as narrativas e discursos dominantes acerca da violência e desenvolver a capacidade de novos conhecimentos construídos responsabilmente, ao dar-se conta do que cada um está narrando e a dimensão do que está narrando para sua vida (Gergen & Gergen, 2010).

São variadas as unidades de sentido expressas pelas famílias no momento que entram em contato com as histórias vivenciadas pelas crianças e adolescentes, carregadas de sofrimento e marcadas por ciclos de violência e situações de risco. A primeira unidade de sentido pode advir da própria vítima ou de outras pessoas da família, da comunidade próxima ou de outras redes sociais a que pertencem. Essas histórias e relatos são construídos a partir das narrativas privadas que as pessoas têm de suas vidas e a partir daí, representa o marco inicial para a interpretação de suas experiências vitais. Se o discurso dominante naquela cultura é um discurso que desconsidera tanto os processos vividos por aquela pessoa que está sofrendo a violência, quanto os processos dos responsáveis pela criança ou adolescente, então é provável que se atribua um significado de culpa e demérito pessoal. Assim, a pessoa expressa seus relatos de violência de maneira auto

abusiva e autodestrutiva (Gergen & Gergen, 2010; White, 2002).

Tanto o CV quanto o Construcionismo Social são considerados abordagens relacionais e que desenvolvem a compreensão de processos interconectados de interação. O Construcionismo Social não rechaça protocolos e técnicas, mas convida a pensar todas essas ferramentas como socialmente construídas. Nesse processo de construção e reconstrução, o mais importante é que as pessoas estejam juntas e disponíveis para o diálogo, para a reflexividade e para a construção de formas de trabalho que possam atender ao sofrimento das pessoas de forma produtiva e prazerosa. Na medida em que as famílias se propõem a problematizar o fenômeno de maus tratos, violências e riscos, sem estar fixada em encontrar uma solução, mas aberta a criar narrativas diferentes, complexificar e olhar de diferentes lugares, elas podem começar a capturar novas formas de compreensão. Uma vez que tornam sua preocupação pública e se permitem falar sob a perspectiva da busca pela particularidade de seus sentimentos e não pela generalidade, as famílias vão ao encontro da Responsabilidade Relacional e do Cuidado Vigilante. Este movimento torna-se um contexto de capacitação de processos transformativos. Este contexto qualifica a pessoa, resgata seus recursos para a ação e possibilita o encontro de espaços onde múltiplas formas de ser possam coexistir.

Tanto o CV quanto o Construcionismo Social abandonam a alternativa de um discurso individualista, contribuindo para um trabalho com famílias, grupos e comunidades. Além disso, ambos vinculam a ação dos envolvidos a seus significados e sentidos. A interação humana é valorizada, dando importância à respon-

sabilidade e à coordenação entre as pessoas na produção dos sentidos e das ações de cada um concretizados no mundo. Tem-se a oportunidade de refletir sobre o significado da construção social relacionado às situações vivenciadas no conjunto e suas implicações para a família e os demais contextos. Busca-se conhecer cada sujeito por meio dos sentidos e significados que cada um dá às suas vivências. A busca da verdade é baseada na diversidade e nunca se revela em sua totalidade. As verdades vêm das crenças, valores e diálogos que são criados com os outros.

O diálogo cooperativo que é desenvolvido entre pais e filhos abre perspectiva para a valorização da pluralidade, onde novas vozes podem ser inseridas na conversação, ampliando espaços para novos significados, divergentes ou convergentes para a convivência, e diminuindo os conflitos. À medida que a conversação entre pais e filhos é desenvolvida em uma construção dialógica e compartilhada da realidade, estes experimentam, cada vez mais e em âmbitos de intimidade, a produção de sentidos e significados e um discurso de inteligibilidade. O marco de compreensão e inteligibilidade são as novas narrativas ou novos significados, possibilidades e oportunidades. Ocorre aí um conhecimento em espiral (Gergen & Gergen, 2010; White, 2002).

A metodologia do CV se propõe a ser participativa e colaborativa, possibilitando que as soluções sejam construídas de forma mais abrangente e com o envolvimento dos sujeitos na situação. Esta dimensão aproxima essa nova abordagem das teorias relacionais. Enfim, o Cuidado Vigilante legitima ideias de corresponsabilidade, cooperação, interação e contexto.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O CV é uma abordagem que convida os pais a considerarem pequenos gestos, falar de questões que parecem insignificantes, procurar conciliação, o caminho do meio, uma autoridade amorosa, elemento indispensável ao relacionamento. É uma nova prática que promove a transformação de sentidos. É uma forma de condução de diálogos e intervenções familiares que ajuda a potencializar o processo de empoderamento da família. Uma tentativa de buscar soluções para esses dilemas, integrando conceitos, mostrando que o mecanismo que move o Cuidado Vigilante não é o controle, mas sim a presença dos pais e suas implicações altamente práticas na vida da criança e adolescente. É, portanto uma abordagem psicoeducativa. Tem vários aspectos coincidentes com o construcionismo social, apresentando-se como uma práxis dialogada. Essa dimensão correspondente diz respeito tanto à prática profissional no campo da psicoterapia, como para a resolução de conflitos e os atendimentos psicossociais.

O processo está centrado em torno do papel de pais e como eles podem ser cuidadores. Neste sentido capacita os pais a fazerem escolhas mais positivas no trato com os filhos e aumentar sua presença em contraste com o absentismo ou ausência que já estava estabelecida na relação entre pais e filhos. Vai possibilitar aos pais abrir-se em direção ao filho, compartilhar seus sentimentos e pensamentos, seus dias bons e maus, construindo um vínculo mais forte entre eles e também perceber melhor como estão seus filhos, promovendo segurança e diminuindo a violência. A ausência da presença dos pais na vida da criança tira-lhes a oportunidade de educação e desenvol-

vimento e a criança passa por vários impactos que não pode compreender. A ausência dos pais já é uma violência relacional. É difícil para a criança estar perto de pais violentos e vice versa. Nem a criança nem os pais são capazes de perceber que a violência está na interação entre eles, no contexto das situações e não nas pessoas e que elas, pais e filhos, são apenas um dos elementos dessa situação. A criança não consegue fazer essa conexão com relação à violência ou negligência de seus pais.

Os pais vão compreender como tornar-se presente na vida dos filhos, não através de uma posição dominante, pois este modelo pode tornar-se uma batalha pelo poder e controle. Fortalecer os pais para uma autoridade positiva e não autoritária. Todo o processo ajuda os pais a se sentirem mais apoiados, protegidos a fim de ajudá-los a terem melhores maneiras de reagir à sua disposição. Os pais vão aprender a não serem violentos e a resistirem às violências presentes no contexto. Resistir à humilhação e as atividades de auto risco e autodestrutivas. É como resistir ao abuso da violência.

As dificuldades, problemas e situações traumáticas vividas co-evoluem com os sistemas culturais e de significado pessoal. Estão incrustados em nosso comportamento e ações, os quais influenciam a maneira como somos e agimos no mundo e como nos vemos e vemos aos demais. Por isso ao contarmos nossas histórias, estes significados são os que conferem sentido às nossas experiências e selecionam os aspectos que daremos maior importância ou não, originando contextos de interação que sustentam ou não o que privilegiamos (Costa *et al.*, 2009; Gergen, 1999; Grandesso, 2008).

O conhecimento das histórias de sua vida compartilhada às de ou-

tras pessoas propiciará aos sujeitos a construção de novos significados, a vivência de outras circunstâncias mais favoráveis e potencializadoras e a desconstrução dessas narrativas e reconstrução de outras. Na conversação, é possível cocriar outras possibilidades no universo narrativo, nomeando as vivências e histórias de forma diferente. Este processo é vivido pelas famílias no transcurso do aprendizado do CV. As famílias em situação de risco e violência vão organizando suas experiências à medida que conversam e narram sobre o vivido, produzindo novos vocabulários e significados, entendidos e compartilhados por toda a família. A família converte as informações, os significados e os sentimentos em possibilidades alternativas de vida. Quando se conecta a ação ao seu sentido as descrições são liberadas. Assim, na conversação, os pais e os filhos constroem entendimentos de que um fato ou atitude não tem uma verdade única. O diálogo constante e aberto cede lugar para outra voz, outra visão e expansão na esfera da relação, aumentando o potencial protetor das famílias. Esta é a perspectiva do Cuidado Vigilante.

REFERÊNCIAS

- Anderson, H. (2010).** Conversação, Linguagem e possibilidades. Um enfoque pós-moderno da terapia. São Paulo: Editora Roca.
- Ben-Arieh, A., & Haj-Yahia, M. M. (2006).** Geography of Child Maltreatment in Israel: Findings From a National Data Set of Cases Reported to the Social Services. *Child Abuse & Neglect*, 30 (13), 991-1003.
- Bruschini, C. & Ridente, S. (1994).** Família, casa e trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 88, 30-36.
- Bakhtin, M. (1981).** The dialogic imagination. Holquist Austin: University of Texas Press.
- Costa, M. C. O., Carvalho, R. C., Santa Bárbara, J. F. R., Santos, C. A. S. T., Gomes, W., & Sousa, H. L. (2007).** O perfil da violência contra crianças e adolescentes segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 12(5), 1129-1141.
- Cunningham, A. (2009).** A escuta de crianças abusadas sexualmente para compreensão do processo de auto-revelação. In L. C. A. Willians & E. A. C. Araújo (Orgs.). *Prevenção do Abuso sexual infantil: Um enfoque interdisciplinar* (pp.89-103). Curitiba: Juruá.
- Deblinger, E., & Helfin, A. H. (1996).** Abuso sexual infantil. In F. M. Dattilio & A. Freeman (Orgs.). *Estratégias cognitivo-comportamentais para intervenção em crise: tópicos especiais* (pp.229-253). São Paulo: Editorial Psy.
- Diniz, G. R. S. (2009).** O casamento contemporâneo em revista. In T. Féres-Carneiro (Org.). *Casal e família: permanências e rupturas* (pp. 135-155). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Esber, K.M. (2009).** *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*. Goiânia: Cãnone Editorial.
- Faleiros, V. P. & Faleiros, E. S. (2007).** *Escola que protege: enfrentando a violência contra criança e adolescente*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- Gallego, S. U. (2006).** *Comunicación familiar: un mundo de construcciones simbólicas y relacionales*. Manizales: Editorial Universidad de Caldas.
- Gergen, K.J. (1999).** *An invitation to social construction*. London: Sage.

- Gergen, K.J. (2006).** *Construir la realidad: el futuro de la psicoterapia*. Barcelona: Paidós.
- Gergen, K. J. & Gergen, M. (2010).** *Construcionismo social: Um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Giddens, A. (2005).** *O mundo em descontrolo: O que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record.
- Habigzang, L. F. & Caminha, R.M. (2004).** *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F. & Koller, S. H. (2011).** Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Aspectos conceituais e estudos recentes. In L. F. Habigzang & S. H. Koller (Org.). *Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: manual de capacitação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Streber, F., Corte, F. D., Hattzenberger, R., Cunha, R. C. Ramos, M., & Koller, S. H. (2007).** Integrando os cuidadores, a rede e os terapeutas: potencializando a melhora clínica de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. In M. L. P. Leal, M. F. P. Leal, & Libório, R. M. C (Orgs.). *Tráfico de pessoas e violência sexual* (pp. 263-274). Brasília: Violes/Ser/Universidade de Brasília.
- Hoffman, L. (2001).** *Family Therapy*. New York: WWW Norton & Company.
- Jablonski, B. (2011).** O país do casamento segundo seus futuros habitantes: pesquisando atitudes e expectativa de jovens solteiros. In T. Féres-Carneiro (Org.). *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia* (pp.27-42). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lebowitz, E. R., Omer, H., Holly, H., & Lawrence, S. (2013).** Parent Training for Childhood Anxiety Disorders: The SPACE Program. *Cognitive and Behavioral Practice* 21(4), 456-469.
- Marra, M. M., Omer, H. (2015).** Cuidado vigilante: cambios para familias en situación de abuso sexual. Manuscrito submetido para publicação. Madri: Revista Psychosocial Intervention
- McNamee, S., & Gergen, J. K. (Orgs.). (1998).** *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas
- Ministério da Saúde (2002).** *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço* (Cadernos de Atenção Básica nº 8, série A). Brasília: Ministério da Saúde.
- Moura, A. T. M., & Reichenheim. M. E. (2005).** Estamos realmente detectando violência familiar contra a criança em serviços de saúde? A experiência de um serviço público do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(4),1124-1133.
- Moura, A. C. A. M., Scodelario, A. S., Caramo, C. N. M. F., Ferrari, D. C. A., Mattos, G. O. & Miyahara, R.P. (2008).** *Reconstrução de vidas: Como prevenir e enfrentar a violência doméstica, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes*. São Paulo: SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social)/SEDES Sapientiae.
- Omer, H. (1997).** *Intervenções críticas em psicoterapia: Do impasse ao início da mudança*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Omer, H. (2004).** *Nonviolent Resistance: A new approach to violent and self-destructive children*. New York: Cambridge University Press.
- Omer, H. (2011).** *The new Authority: Family, school an community*. New York: Cambridge University Press.

- Omer, H., Schorr-Sapirb. I., & Weinblatt. U. (2008). Non-violent resistance and violence against siblings: the Association for Family Therapy. *Journal of Family Therapy*, 30, 450-464.
- Omer H, Steinmetz S. G., Carthy, T., & von Schlippe A. (2013). The anchoring function: parental authority and the parent-child bond. *Family Process*, 52(2), 193-206.
- Penso, M. A. & Neves, V. L. (2008). Abuso sexual infantil e transgeracionalidade. In M.A. Penso & L. F. Costa (Orgs.). *A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção*. São Paulo: Summus.
- Ramos, M. C. R. (2010). *Mães de meninas vítimas de abuso sexual: aquilo que não se pode dizer*. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.
- Rasera, F. E., Guanes, C., & Japur, M. (2004). Psicologia, ciência e construcionismo: Dando sentido ao Self. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(2), 157-165.
- Santos, S. S. (2011). *Uma análise do contexto de revelação e notificação do abuso sexual: A percepção de mães e de adolescentes vítimas*. Dissertação de Doutorado não publicada. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Santos, V. A., Costa, L. F. & Granjeiro, I. A. C. L. (2009). Intervenção no abuso sexual intrafamiliar: Ingerência invasiva ou proteção devida. *Psico*, 40(4), 516-524.
- Santos, S. S., & Dell’Aglío, D.D (2009). Revelação do abuso sexual infantil: Reações maternas. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 25 (1), 85-92.
- Santos, S. S, Pelisoli, C., Dell’Aglío, D. D. (2012). Desvendando segredos, padrões e dinâmicas familiares no abuso sexual. In L.F. Habigzang & S.H. Koller. (Orgs.). *Violência contra crianças e adolescentes: Teoria, pesquisa e prática* (pp.55-69). Porto Alegre: Artmed.
- Shotter, J. (1993). *Conversational realities*. Londons: Sage.
- UNICEF. (2012a). *Situação mundial da infância 2012: Crianças em um mundo urbano*. Recuperado em 27 de novembro de 2012, de http://www.unicef.org/brazil/pt/PT-BR_SOWC_2012.pdf.
- UNICEF. (2012b). *Together for girls: sexual violence fact sheet*. Recuperado em 05 de março de 2013, de http://www.unicef.org/protection/files/Together_for_Girls_Sexual_Violence_Fact_Sheet_July_2012.pdf.
- Zeira, A., Astor, R. A., & Benbenishty, R. (2002). Sexual harassment in jewish and arab public schools in Israel. *Child Abuse & Neglect*, 26(2), 149-166.
- White, M. (2002). *Reescribir la vida: entrevistas y ensayos*. Barcelona: Gedisa
- White, M., & Epston, D. (1993). *Medios narrativos para fines terapeuticos*. Barcelona: Paidós.